



*Representação discursiva da pobreza extrema
– análise discursiva crítica de um testemunho
publicado em editorial da revista Cais*

VIVIANE DE MELO RESENDE

Universidade de Brasília, Brasil

MARTA FILIPE ALEXANDRE

Instituto de Linguística Teórica e Computacional, Portugal

RESUMEN. Utilizando los supuestos de la Lingüística Sistémica-Funcional (LSF) y del Análisis Crítico del Discurso (ACD), nuestro objeto de análisis en este artículo es un testimonio publicado en un editorial de la revista *Cais*, una publicación portuguesa que se ubica en la llamada prensa de la calle. Se trata de una revista que se dedica al tema de la situación de calle, cuyo principal objetivo es constituir una fuente de ingreso y abrir un canal de expresión para hacer posible la reestructuración de la vida de las personas en esta situación y, simultáneamente, combatir la invisibilidad del problema social. En su edición número 123, la revista *Cais* publicó un editorial titulado “Erradicar la pobreza”, en el cual se inscriben cinco personas en situación de calle que procuran construir su definición de pobreza. A partir de las herramientas de la LSF (Halliday, 2003; Gouveia, 2009) y del ACD (Fairclough, 2003; Resende e Ramalho, 2006), recorreremos el sistema de transitividad y las categorías de cohesión, tiempos verbales, presuposición e interdiscursividad para deconstruir y comprender una de esas definiciones personales de pobreza.

PALABRAS CLAVE: *análisis crítico del discurso, lingüística sistémica funcional, prensa de la calle, situación de calle, pobreza extrema.*

RESUMO. Utilizando pressupostos da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) e da Análise de Discurso Crítica (ADC), nosso objeto de análise neste artigo é um testemunho publicado em editorial da revista *Cais*, publicação portuguesa situada na chamada imprensa de rua. Trata-se de uma revista voltada para a temática da situação de rua, cujo principal objetivo é constituir uma fonte de rendimento e abrir um canal de expressão, de modo a possibilitar a reestruturação da vida de pessoas nessa situação e simultaneamente combater a invisibilidade da questão social. Em sua edição número 123, a revista *Cais* publicou um editorial intitulado “Erradicar a pobreza”, no qual cinco pessoas em situação de rua escrevem(-se) e procuram construir sua definição de pobreza. Partindo das ferramentas da LSF (Halliday, 2004; Gouveia, 2009) e da ADC (Fairclough, 2003; Resende e Ramalho, 2006), recorreremos ao sistema da transitividade e às categorias de coesão, tempos verbais, pressuposição e interdiscursividade para desconstruir e compreender uma dessas cinco definições pessoais de pobreza.

PALAVRAS CHAVE: *análise de discurso crítica, lingüística sistêmico-funcional, imprensa de rua, situação de rua, pobreza extrema.*

ABSTRACT. Based upon the theoretical backgrounds of Systemic Functional Linguistics (SFL) and Critical Discourse Analysis (CDA), our goal in this paper is to analyze a text published in an editorial in *Cais* magazine, a Portuguese publication situated in the so called ‘street press’. This is a magazine devoted to the theme of the homeless, whose main goal is to provide a source of income and open a channel of expression, to enable the restructuring of life of people in this situation and simultaneously combat the invisibility of the extreme poverty. In its issue number 123, *Cais* magazine published an editorial entitled “Erradication of poverty” in which five people in street situation seek to build their definition of poverty. Based on the assumptions of SFL (Halliday, 2004; Gouveia, 2009) and CDA (Fairclough, 2003; Resende & Ramalho, 2006), we used the system of transitivity and categories like cohesion, verbal tenses, presupposition and interdiscursivity, to deconstruct and understand one of these five personal definitions of poverty.

KEY WORDS: *critical discourse analysis, systemic functional linguistics, street press, street situation, extreme poverty.*

Introdução

Para a realização deste trabalho, uniram-se duas pesquisadoras, uma portuguesa e uma brasileira, com *backgrounds* teóricos distintos, mas relacionados: a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), por um lado, e a Análise de Discurso Crítica (ADC), por outro. O objetivo dessa parceria foi analisar um texto publicado em editorial da revista *Cais*, publicação portuguesa situada na chamada ‘imprensa de rua’. Trata-se de uma revista voltada para a temática da situação de rua, cujo principal objetivo é gerar renda e abrir um canal de expressão, possibilitando a reestruturação da vida de pessoas nessa situação ao mesmo tempo em que traz a temática para a agenda de debate da sociedade, combatendo a invisibilidade da questão social.

Em sua edição número 123, a revista *Cais* publicou um editorial, intitulado “Erradicar a pobreza”, em que cinco pessoas em situação de rua em Lisboa escrevem(-se), procurando construir sua definição de pobreza. É um recorte desse editorial que nos serve de objeto na análise que ora apresentamos, partindo de pressupostos da LSF (Halliday, 2004; Gouveia, 2009), principalmente da categoria transitividade, e da ADC (Fairclough, 2001, 2003; Resende e Ramalho, 2006), mapeando categorias como coesão, tempos verbais, pressuposição, interdiscursividade.

Este artigo encontra-se dividido em três seções. Na primeira, apresentamos uma breve contextualização da ‘imprensa de rua’ e da revista *Cais* em especial. Em seguida, traçamos nosso aparato teórico-prático, tecendo considerações sobre a Linguística Sistêmico-Funcional, a Análise de Discurso Crítica e a relação entre ambas. Na terceira seção, focalizamos um dos depoimentos que compõem o editorial, analisando-o com as lentes das categorias analíticas selecionadas. Por fim, apresentamos nossas considerações finais sobre a análise.

1. *A imprensa de rua e a revista Cais*

Com a retirada do Estado do serviço social, denominada por Bourdieu (1998) como a ‘demissão do Estado’, as organizações não-governamentais proliferaram, na tentativa de suprir funções estatais. De acordo com Buarque (2001: 241), “as organizações não-governamentais surgiram em decorrência da falência do Estado no que diz respeito à ausência de respostas aos problemas surgidos em face dos novos valores éticos da sociedade”.

Para além das organizações que tentam suprir a lacuna deixada pelo Estado no que se refere à oferta de serviços, há também organizações e movimentos sociais de papel reivindicatório que atuam como pressão sobre o Estado, exigindo-lhe a garantia de direitos assegurados e denunciando sua violação. Essas organizações comunitárias são de extrema importância para a formação do ator social coletivo, capaz de agir na direção de um objetivo comum. É o caso, por exemplo, de publicações voltadas para a situação de rua que têm como objetivo não só funcionar como meios de expressão para a população em situação de rua, e assim atuar no combate à invisibilidade da questão social, mas sobretudo criar fontes de rendimento para as pessoas nessa situação, potencializando sua autonomia na reestruturação de suas vidas. Assim, ao mesmo tempo em que as temáticas abordadas nos textos publicados tratam de ‘humanizar’ as pessoas em situação de rua – o que é relevante nas sociedades contemporâneas, em que o problema tornou-se invisível –, esses jornais e revistas também têm o duplo mérito de possibilitar renda e de criar uma comunidade em torno de objetivos comuns. Para Acosta e Resende (no prelo),

Tudo isso é relevante se compreendemos que a sociedade, tal como se constitui, configura-se a partir de formulações ideológicas que visam à manutenção de um *status quo* e à legitimação de seus processos. Os jogos de poder tomam palco neste contexto, havendo uma pluralidade de vozes ecoando, porém não necessariamente sendo ouvidas. Os grupos com maior poder simbólico (Bourdieu, 1998b) consequentemente têm mais voz, no sentido de terem mais espaço e de seus enunciados terem maior penetração na sociedade. Já aos que não são dotados desse poder, os espaços para expressão são cerceados ao ponto de uma quase mudez social. Com base nesse panorama, entendemos a organização de entidades sociais ao redor da questão das pessoas que vivem em situação de rua, visando a uma modificação da estrutura social que permita a todos/as o amplo acesso aos direitos básicos. Para isso, elaboram-se estratégias que passam também pela ação discursiva mediada por suportes como jornais e *sítes*, entre outros. Ao mesmo tempo, essa ação discursiva serve de base para a construção identitária dos/as participantes dessas entidades, permitindo uma via alternativa às identidades legitimadoras.

Considerando exclusivamente as publicações em língua portuguesa, foram localizadas cinco publicações entre revistas e jornais especificamente voltados para a situação de rua. Quatro delas são brasileiras: a revista *Ocas* e o jornal *O Trecheiro*, de São Paulo, o jornal *Boca de Rua*, de Porto Alegre, e o jornal *Aurora*

da Rua, de Salvador. A revista *Cais*, nosso objeto neste artigo, é publicada em Lisboa e distribuída em diversas cidades portuguesas.

Algumas dessas publicações funcionam nos mesmos moldes da britânica *The Big Issue*, que circula em Londres desde 1991 e que, por sua vez, teve como principal referência o *Street News*, vendido nas ruas de Nova Iorque. Podemos pensar nessas publicações como jornais e revistas de rua ou, melhor, imprensa de rua, fazendo, porém, a ressalva de não as confundir com as publicações de distribuição gratuita, sobre assuntos diversos, que circulam pelas ruas de nossas cidades.

Pode-se dizer que a imprensa de rua faz a ponte entre duas realidades: a das instituições e a das pessoas que vivem situações de pobreza e exclusão social. Trata-se de publicações ditas independentes, isto é, produzidas por instituições sem fins lucrativos, com um propósito de intervenção social que é concretizado através do teor dos conteúdos tratados. Destacam-se ainda pelo fato de serem vendidas pelos/as principais beneficiários/as da sua venda. Ou seja, as pessoas que vivem situações de exclusão são não só assunto dos textos impressos mas também intervêm como agentes no processo de venda dos exemplares. Cada vendedor/a administra a quantidade de jornais que pretende comercializar, pagando um valor entre um terço e a metade do preço de capa pela unidade, e ficando com todo o dinheiro da venda – os primeiros exemplares de cada vendedor/a costumam ser fornecidos gratuitamente.

Olhemos para o caso concreto da *Cais*. Antes de tudo, há a Cais, associação de solidariedade social, criada em 1994 e que, como se pode conferir no sítio oficial (www.cais.pt, consultado em novembro de 2010), “tem como missão contribuir para o melhoramento global das condições de vida de pessoas sem casa/lar, social e economicamente vulneráveis, em situação de privação, exclusão e risco”. Depois, e no sentido de concretizar a missão da instituição, há a revista *Cais*, vendida na rua e por pessoas em situação de rua ou de risco, para as quais revertem 70% da venda de cada exemplar. A linha editorial da revista está ainda em sintonia com o propósito da instituição, sendo assumido o objetivo de “despertar os leitores e a opinião pública em geral para as problemáticas relacionadas com os sem-abrigo e com outras formas de exclusão” – o que está de acordo com o subtítulo da revista *Cais*, “desperta consciências”.

A imprensa de rua, mais do que um meio de comunicação e difusão de problemáticas sociais, é (ou pode ser) sobretudo um meio de capacitação e empreendedorismo. O funcionamento desse tipo de imprensa permite que pessoas em situação desfavorável adquiram um estatuto profissional e uma fonte de rendimento. Aliás, a par da importância que o lucro da venda de cada exemplar pode ter (e cuja percentagem varia muito de publicação para publicação), a situação de venda proporciona a configuração de papéis sociais diferentes, podendo por isso alterar, nem que seja por instantes, a experiência da exclusão. De acordo com o que se lê no verso da quarta-capa da revista, o/a vendedor/a de *Cais* “encontra-se na condição social de sem-tecto ou sem-casa,

e tem um projecto pessoal de vida focalizado na conquista progressiva de sua própria autonomia”. Com efeito, no momento da venda existe um/a vendedor/a, com um código de conduta a seguir, segundo vem expresso em cada exemplar. O *status* profissional da sua posição impede-o/a, por exemplo, de pedir esmola e obriga-o/a a usar uma série de elementos identificativos, como crachá e boné. Aqui cabe, contudo, uma observação: pelo menos em Lisboa há quem viole essas regras, e é frequente encontrar pessoas vendendo números antigos da revista, geralmente sem alguns dos elementos identificadores, como o boné, por exemplo. Esse fato pode ser entendido à luz do ‘prestígio’ ou do ‘estatuto’ diferenciado que lhes é conferido, pela comunidade e pela sociedade em geral, como vendedoras da revista. Vender a *Cais* pode, nesses casos, ser não só uma forma alternativa de pedir esmola como uma renegociação dessa condição. Porém, na prática, a situação é de mendicância, porque essas tentativas desautorizadas de venda (i.e., que não respeitam as regras) ocorrem em contextos e de maneiras semelhantes à condição de mendicância. Não parece haver diferença, aliás, entre esse tipo de venda da revista e, por exemplo, a venda de outros produtos no comércio informal de rua, como qualquer lisboeta poderia confirmar.

Em suma, pode-se concluir que a imprensa de rua é socialmente empenhada e proporciona um tipo de protagonismo às pessoas que vivem em exclusão. E para os estudos críticos do discurso, importa investigar a representação midiática da situação de rua, grave realidade para a qual a sociedade muitas vezes prefere fechar os olhos (Pardo Abril, 2007). Na próxima seção, voltamos nossa atenção para duas vertentes dos estudos críticos do discurso: a Análise de Discurso Crítica e a Linguística Sistêmico-Funcional.

2. Análise de Discurso Crítica e Linguística Sistêmico-Funcional: referencial teórico-prático

Como sabemos, a interdisciplinaridade é uma das características comuns a todas as diferentes abordagens filiadas à Análise de Discurso Crítica (Resende, 2009). Embora diversas em suas propostas teóricas e em suas ferramentas analíticas, todas elas surgem do rompimento de fronteiras disciplinares, incluindo no diálogo a Linguística e as Ciências Sociais. Sobre isso, Blommaert (2005: 2) escreveu:

O desenvolvimento da análise de discurso crítica foi impulsionado, por um lado, por desenvolvimentos na teoria linguística em si, que chamavam atenção para abordagens mais centradas na atividade, no reconhecimento da linguagem em uso como um objeto de análise legítimo (...) por outro lado, foi impulsionado por contatos interdisciplinares intensos entre linguistas e pesquisadores/as situados em campos como a análise literária, a semiótica, a filosofia, a antropologia e a sociologia.

A versão de Análise de Discurso Crítica (ADC) de Fairclough estabelece diálogo com a Ciência Social Crítica, ou seja, questiona aspectos morais da vida social, associados ao discurso (Chouliaraki e Fairclough, 1999). A proposta de análise de problemas sociais pela lente do discurso se sustenta porque a relação entre discurso e sociedade é entendida como uma relação de constituição mútua – a organização do potencial semiótico é articulada à organização potencial da sociedade. Nessa versão de ADC, inspirada em conceituações do discurso oriundas das ciências sociais na chamada ‘virada discursiva’, o discurso é entendido como um elemento das práticas sociais em relação com outros elementos não-discursivos, ou seja, o discurso interioriza outros elementos das práticas, tais como as relações sociais, as atividades materiais etc. Essa conceituação complexa da relação entre linguagem e sociedade permite entender na sociedade a organização do potencial para significação no discurso, e no discurso compreender e explicar problemas sociais.

Uma teoria do funcionamento social da linguagem precisa considerar teorias do funcionamento da sociedade – e uma questão crucial, quando se focaliza a mudança social, é a questão da relação entre estrutura e ação, ou entre sociedade e indivíduo. Para discutir isso, o Realismo Crítico, com seu Modelo Transformacional da Atividade Social, supera, por um lado, abordagens estruturalistas –focalizadas na estrutura e que não vislumbram a possibilidade de ação criativa– e, por outro lado, abordagens voluntaristas –focalizadas na agência e que não enxergam o caráter prévio das estruturas em relação à ação social. De acordo com esse modelo, a sociedade provê as condições para a ação humana, mas só existe nas ações humanas, que sempre utilizam alguma forma pré-existente de ordem social (Bhaskar, 1998).

Essa assimetria temporal entre estrutura e ação implica que sua relação não é de equivalentes, o que leva a uma entidade organizacional intermediária: o sistema posição-prática. A ontologia do RC pode ser aplicada à organização social do potencial semiótico: no nível de abstração das estruturas sociais, temos os sistemas semióticos, a exemplo das línguas; no nível de concretude da ação social, temos os textos, materialização de nossas ações discursivas; e como entidades organizacionais intermediárias, temos as ordens de discurso e seus elementos constituintes –gêneros, discursos e estilos (Resende, 2009; Ramalho e Resende, 2011). Essa abordagem nos permite focalizar, em termos discursivos, não as línguas em si, nem os textos isoladamente, mas os tipos de relação que se estabelecem entre estrutura e ação discursiva em contextos específicos, ligados às posições ocupadas nas práticas desempenhadas.

Outro aspecto fundamental da ADC é que a análise discursiva deve ser textualmente orientada, e no caso da versão de ADC de Fairclough muitas das categorias analíticas utilizadas são oriundas das teorizações da Linguística Sistemico-Funcional (LSF). Para além da questão das categorias linguísticas utilizadas como ferramentas para análise discursiva, a própria compreensão da organização da linguagem, de sua natureza funcionalmente complexa,

tira partido da LSF –e isso implica que a articulação entre ADC e LSF não é apenas metodológica, mas também teórica. A relação entre as funções da linguagem e a organização do sistema linguístico é, para a LSF, um aspecto geral da linguagem humana.

Na LSF, a língua constitui-se como sistema semiótico com três funções intrínsecas: (1) construir mensagens que sejam coerentes, lógicas e materialmente transmissíveis aos outros, (2) estabelecer relações com outras pessoas e desempenhar papéis sociais, e (3) representar a experiência do mundo. Trata-se, respectivamente, da *metafunção textual*, da *metafunção interpessoal* e da *metafunção ideacional*. Cada uma das *metafunções* dá lugar a componentes gramaticais distintos (cf. Gouveia 2009).

Em 1992, em *Discourse and social change*, Fairclough sugeriu a cisão da metafunção interpessoal de Halliday em duas funções separadas, a função identitária e a função relacional. A função identitária da linguagem “relaciona-se aos modos pelos quais as identidades sociais são estabelecidas no discurso”; e a função relacional refere-se a “como as relações sociais entre os participantes do discurso são representadas e negociadas” (Fairclough, 2001: 92). Em 2003, em *Analyzing discourse*, Fairclough ampliou o diálogo teórico entre a ADC e a LSF, propondo uma articulação entre as metafunções de Halliday e os conceitos de gênero, discurso e estilo, sugerindo três principais tipos de significado no discurso: o significado acional, o significado representacional e o significado identificacional. A operacionalização dos três significados mantém a noção de multifuncionalidade presente na LSF: Fairclough enfatiza que os três atuam simultaneamente em todo texto (Resende e Ramalho, 2006). Nas práticas sociais, o discurso figura de três principais maneiras: como modos de agir, como modos de representar e como modos de ser, e a cada uma delas corresponde um tipo de significado: acional, representacional e identificacional, sendo que relação entre os três níveis de significados é interna, ou seja, há fluxo entre os três. Além disso, Fairclough (2003) teoriza as noções de gênero, discurso e estilo –respectivamente associadas aos significados acional, representacional e identificacional– como os três principais elementos das ordens de discurso, relacionadas aos diferentes campos da atividade humana.

Assim, a teorização da LSF acerca do funcionamento complexo da linguagem articula-se com o modelo teórico da ADC, segundo o qual as visões do mundo expressas linguisticamente são concebidas como processos históricos e materiais (cf. Fairclough 2003). Nesse enquadramento, os temas, as referências e as relações que constituem cada visão do mundo podem ser abordados em relação com estruturas e práticas sociais específicas, situadas no tempo e no espaço.

De acordo com a LSF desenvolvida por Halliday (2004), a língua é um recurso para a construção de significados, e o texto é qualquer uso da língua que esteja situado num contexto e que tenha uma finalidade comunicativa, independentemente de ser falado ou escrito, individual ou coletivo, breve ou

extenso. O estudo dos significados construídos num texto só pode ser feito partindo das relações entre a língua tal qual é produzida e/ou usada, os/as falantes e/ou escreventes que a produzem e/ou usam e respectivos contextos. Adicionalmente, entende-se que os significados construídos num texto decorrem da seleção de determinados padrões e da exclusão de outros (cf. Gouveia 2009). Partindo do pressuposto de que a língua providencia uma teoria da experiência humana, nossas análises focalizam um dos recursos léxico-gramaticais que está a serviço da dimensão representacional do uso da língua: o sistema da Transitividade.

O sistema da Transitividade é o mecanismo léxico-gramatical através do qual se constrói a experiência como um mundo feito de Processos, Participantes e Circunstâncias (cf. Halliday 2004: 168ss). O fluxo de acontecimentos que experienciamos é, por assim dizer, e parafraseando a sugestão de Halliday, retalhado em vários pedaços e cada um desses pedaços é moldado como uma figura – uma figura de acontecer, de fazer, de sentir, de dizer, de ser ou de ter.

A gramática da experiência abarca três tipos principais de processos e três tipos secundários de processos. Os tipos principais são Relacional, Mental e Material; e os tipos secundários são Verbal, Comportamental e Existencial. Note-se que a gramática da experiência é representada como um contínuo, com zonas nucleares e zonas intermediárias. Nas primeiras, situam-se os exemplos prototípicos de cada tipo de Processo –Relacional: *ter um atributo, ter uma identidade, simbolizar*; Verbal: *dizer*; Mental: *pensar, sentir, ver*; Comportamental: *comportar-se*; Material: *fazer, criar, acontecer*; Existencial: *existir*. Por sua vez, a existência de zonas intermediárias mostra que “os termos sistêmicos não são categorias aristotélicas. Em vez disso são categorias difusas” (Halliday 2004: 174, nota de rodapé)¹.

Cada tipo de Processo corresponde, pois, a uma configuração particular do “tipo de *alguém fez algo a alguém* ou *quem fez o quê a quem?*” (Gouveia, 2009: 33), que se pode desdobrar em subtipos de processos e de acordo com os quais se combinam diferentes tipos de entidades e, como tal, se constroem diferentes significados.

Além dos tipos de processo na texturização da representação da experiência, nossa análise também contempla categorias como interdiscursividade e pressuposição. A interdiscursividade refere-se à articulação de discursos em textos; a análise interdiscursiva focaliza os modos de representação da realidade, as maneiras situadas de representar e compreender a realidade articuladas em textos. Os diferentes discursos não apenas representam o mundo concreto, mas também projetam diferentes possibilidades da realidade, ou seja, relacionam-se a projetos de mudança do mundo de acordo com perspectivas particulares. Discursos, nesse sentido mais concreto, são elementos que constituem, ao lado de gêneros e estilos, o momento discursivo de práticas sociais, na configuração de ordens do discurso (Fairclough, Jessop & Sayer, 2002). Mas

O fato de ordens do discurso estarem ligadas a contextos específicos não significa que sejam homogêneas ou livres de conflitos. Lembrando que ordens do discurso estão relacionadas a “instituições, organizações e redes de práticas sociais”, Fairclough (2006: 31) ressalta que “uma ordem do discurso particular inclui um número de diferentes discursos, diferentes gêneros e diferentes estilos. Eles podem ser complementares um ao outro (...) ou podem ser alternativos e em alguns casos conflitantes” (Resende, 2009: 40).

Assim, a análise interdiscursiva de um texto não se refere apenas à identificação dos discursos materializados no texto, mas também do modo como são articulados e de seus efeitos potenciais de sentido. Em termos dos modos de articulação, discursos podem, por exemplo, ser afirmados explicitamente ou ser articulados em modos de representação mais implícitos, por meio das estruturas de pressuposição. Fairclough (2001: 155) define pressuposições como “proposições tomadas pelo produtor do texto como já estabelecidas ou ‘dadas’”, que podem ser engatilhadas por diversos recursos linguísticos, como sentenças clivadas, verbos factivos, artigos definidos, e outros. Proposições avaliativas também podem ser inseridas em textos de forma mais superficial –explícita– ou mais profunda –implícita, pressuposta.

Em suma, nossa análise incide sobre um recorte de um editorial, situando-se no espaço semiótico construído pelo sistema da Transitividade e pelas categorias que acabamos de definir, ainda que brevemente. E o trabalho analítico que realizamos com essas ferramentas parte das seguintes premissas:

- i) *Todo uso da língua que tem uma função num determinado contexto é um texto.*
- ii) *Todo texto é representação e construção da experiência.*
- iii) *Todo texto é uma construção de significados situados social e culturalmente.*
- iv) *Todo texto materializa visões do mundo compartilhadas por meio de práticas sociais situadas.*

Essas formulações acerca do funcionamento da linguagem na sociedade possibilita o rompimento dos limites entre a análise linguística e a crítica social – a proposta é abordar problemas sociais relacionados a conceitos como ideologia e hegemonia por meio da análise de mecanismos linguístico-discursivos concretizados em textos e de sua relação com práticas sociais específicas.

3. *“Erradicar a pobreza”: análise discursiva crítica do editorial de Cais*

O número 123 da revista *Cais*, publicado em outubro de 2007, apresenta um editorial, intitulado “Erradicar a pobreza”, que articula vozes de pessoas em situação de rua. O primeiro parágrafo, curto, é de autoria de Henrique

Pinto, identificado na contra-capa como diretor da publicação. Em seguida, há cinco textos assinados por “habituais frequentadores do Centro CAIS de Lisboa” –Arnaldo Rozembaum Spatz, Paulo Trindade, Dinis Dinis, Paulo Amador e Marta Lopes.

A justificativa para essa organização coletiva do editorial é apresentada por Henrique Pinto: naquele mês, em que a “agenda internacional”, segundo ele, tinha “em programa debruçar-se sobre o fenómeno da pobreza no mundo, o editorial da CAIS só podia ser assinado por quem é seu refém”. A referência é, provavelmente, ao dia 17 de outubro, o Dia Mundial da Erradicação da Pobreza.

Se observarmos a identificação das pessoas em situação de rua na voz editorial institucional, a representação dessas pessoas como “habituais frequentadores do Centro CAIS de Lisboa”, por um lado, e como “reféns” da pobreza, por outro, parece ser fortemente ambígua, mas na sua essência traduz uma mesma perspectiva: passivização dos sujeitos. Com efeito, ser frequentador/a constitui uma condição com fracos efeitos sobre o mundo material, dado que a natureza comportamental de ‘frequentar’ situa essa ação no plano do comportamento, numa zona intermediária entre o mundo das intenções e da vontade, por assim dizer, e distante do mundo das ações materiais. A natureza comportamental é intensificada pelo uso classificatório do adjetivo ‘habituais’. Por seu turno, ser ‘refém’ constitui uma situação de privação máxima de autonomia e, conseqüentemente, de agência. Curiosamente, nota-se ainda que as pessoas em situação de rua estão representadas em relação com duas entidades: o Centro CAIS de Lisboa e a pobreza. No primeiro caso, é a entidade que enquadra e circunstancializa o comportamento; no segundo caso, é a entidade que detém poder de agência. No que concerne à agência, tanto as pessoas em situação de rua quanto o Centro CAIS são, portanto, atores sociais representados em clara desvantagem face à pobreza.

A seguir, procederemos à análise apenas do primeiro dos cinco textos que compõem o editorial. Nosso foco inicial nas análises será o sistema de transitividade, de acordo com o proposto na Linguística Sistemico-Funcional. Em seguida, aprofundaremos as análises com outras categorias pertinentes; não demarcaremos, entretanto, limites entre os diferentes níveis de análise, por entendermos que se complementam mutuamente.

Vejamos o conteúdo integral do testemunho em análise:

O TESTEMUNHO DE ARNALDO ROZEMBAUM SPATZ

Sou pobre, logo, já não sei até que ponto ainda existo, pois o facto é que, nos dias actuais, nós não somos nada além daquilo que temos. Portanto, como eu não tenho nada, já não sei mais quem sou eu. Talvez eu seja apenas uma ilusão da minha própria mente, cansada e deturpada pelas muitas vezes em que perco o sentido no meio da minha própria dor. Aliás, dor, fome, medo, são apenas adereços desta peça de tragédia na qual se traduz a vida opaca e vazia de um pobre como eu, gente que já não se sente humana por ser tratada

como lixo. Gente como eu e que bem poderia ser você, que não se importa com aquilo que não sente na pele.

Mas, na verdade, a pobreza faz com que nós, que somos os pobres, nos sintamos como uma mazela, um peso morto, incapazes de buscar seja onde for as forças necessárias para reagir contra este estigma de sofrimento e exclusão. Muito pior que a própria fome é a revolta, e mais mortal que qualquer doença é, para mim, não ter direito a dignidade.

Ser um pobre, é sentir-se incapaz, indolente, sem valor, até para si mesmo. Frustrados, tristes, solitários, famintos, sem pai, sem mãe, sem casa, sem eira nem beira.

Assim somos nós, aqueles que têm, quando com muita sorte, o direito de servir de objecto da benevolência hipócrita daqueles que, ainda bem, sabem tirar partido da miséria alheia. Eu sou pobre e sou a vergonha da sociedade estampada no rosto de cada um que, como eu, nada tem que seja seu a não ser a si mesmo.

Arnaldo Rozembaum Spatz

Considerando a transitividade, e tendo o sinal gráfico ponto final como delimitador de orações, no primeiro testemunho temos 16 orações niveladas. Nessas 16 possibilidades de representação, temos 12 Processos Relacionais, dois Mentais, um Material e um Existencial. As duas restantes orações, contabilizadas porque delimitadas por ponto final, não apresentam, porém, nenhuma forma verbal ao nível oracional.

No primeiro caso, o grupo nominal identificado apresenta uma oração desnivelada complexa com uma função adjetival: “gente como eu e que bem poderia ser você, que não se importa com aquilo que não sente na pele”. No segundo caso, temos quatro adjetivos e quatro grupos preposicionais com sentido adjetival: “frustrados, tristes, solitários, famintos, sem pai, sem mãe, sem casa, nem eira nem beira”. Ainda sobre os grupos nominais identificados, importa dizer que a oração que os antecede representa, em ambos os casos, um Processo Relacional, e que o Participante ao qual estes grupos se apõem é o Atributo. Assim, pode considerar-se que esses dois grupos nominais são extensões do Atributo da oração nivelada.

Dos 12 Processos Relacionais, um terço é inequivocamente de tipo Atributivo (“eu não tenho nada”; “muito pior do que a fome é a revolta”; e “assim somos nós ...”), outro terço é inequivocamente Identificativo (“talvez eu seja apenas uma ilusão da minha própria mente ...”; “dor, fome, medo são apenas adereços desta peça de tragédia ...”; e “ser um pobre é sentir-se incapaz, indolente, ...”). O restante terço é de interpretação ambígua, ou melhor, a representação não se situa num dos pólos mas parece mais ambivalente. Temos, pois, quatro auto-representações cheias de potencial interpretativo (“sou pobre”; “... nós não somos nada além daquilo que temos”; “quem sou eu”; e “eu sou pobre”).

Os dois Processos Mentais identificados (“já não sei até que ponto ainda

existo”; “já não sei mais quem sou eu”) consistem em apontamentos residuais sobre a vida interior, do saber e do sentir. Sempre põem em oposição a vida pregressa e a presente, criando uma di-visão da vida entre antes e depois da situação de rua.

No único Processo Material encontrado (“a pobreza faz com que nós, que somos pobres, nos sintamos como uma mazela ...”), que assim constitui o único evento com algum dinamismo, o Ator é “a pobreza”, e a pessoa que assina o testemunho faz parte de um “nós” que é a Meta, “nós que somos pobres”. Nessa representação, fica patente a assunção de uma condição de passividade, o que se confirma na análise da transitividade no texto como um todo, carente que é de processos de fazer.

Em termos gerais, é predominante na representação a não temporalidade, já que todas as orações niveladas estão no tempo presente do indicativo, um tempo não marcado ou ‘não tempo’ –a representação é de um carácter definitivo de realidade. Não há representação de fisicidade, de dinamismo e de mudança: as pessoas e as coisas simplesmente são. E não há nenhuma dimensão comportamental, que estabeleceria a ponte entre o mundo material e o mundo interior. Tal como não há senão uma marca de modalização desse estado de ser (“talvez eu seja ...”). Entretanto, a temporalidade se marca profundamente no texto, pela oposição entre passado e presente, em estruturas como ‘já não... mais’ (veja a seguir).

As orações desniveladas mostram-se como o lugar privilegiado da representação do ‘eu’, acentuando, porém, a impressão de uma identidade tênue e passiva dada pela análise de transitividade nas orações niveladas. Nesse nível de encaixe gramatical, de maior distanciamento, o ‘eu’ é, entretanto, referido explicitamente como ‘eu’ apenas numa das dez orações (cf. infra (ii)). Vejamos, no Quadro 1 a seguir, as orações desniveladas desse testemunho:

(i)	[nada além daquilo] que temos
(ii)	[muitas vezes em] que perco o sentido no meio da minha própria dor
(iii)	e que bem poderia ser você, que não se importa com aquilo que não sente na pele
(iii-a)	que não se importa com aquilo que não sente na pele
(iii-b)	aquilo que não sente na pele
(iv)	que somos os pobres
(v)	incapazes de buscar seja onde for as forças necessárias para reagir contra este estigma de sofrimento e exclusão
(vi)	aqueles que têm, quando com muita sorte, o direito de servir de objecto da benevolência hipócrita daqueles que, ainda bem, sabem tirar partido da miséria alheia
(vi-a)	daqueles que, ainda bem, sabem tirar partido da miséria alheia
(vii)	que, como eu, nada tem que seja seu a não ser a si mesmo

Quadro 1 – Mapeamento de orações desniveladas no testemunho

Veja-se, pois, como o ‘eu’ se dissemina e, poderíamos dizer, se rarifica noutras entidades. Por um lado, temos a entidade ‘nós’, categorizada com dois

adjetivos expressivos: “pobres” e “incapazes” (em três orações: (i), (iv) e (v)). E há, ainda, dois conjuntos marcados pela impessoalidade –dois conjuntos apartados, mas ambos definidos como ‘aqueles’: “aqueles que têm (...) o direito de servir de objecto” (em (vi)) e “(d)aqueles que (...) sabem tirar proveito da miséria alheia” (em (vi-a)).

No caso do primeiro conjunto ‘aqueles’, note-se a inclusão intrincada do autor: “assim como nós” –em um jogo complexo de correspondências entre ‘eu’, ‘nós’ e ‘eles’. No caso do segundo conjunto ‘aqueles’, encontra-se em relação de alteridade, de exclusão, de oposição, expressa através de “alheia”, com “aqueles que sabem tirar partido da miséria alheia”. Note-se, ainda, como o encaixe gramatical intrincado integra uma nota crítica: “benevolência hipócrita” –recusa-se o discurso religioso da caridade.

As orações niveladas são também o lugar do ‘tu’, um destinatário a quem se aponta o dedo argumentativo e que é tratado por ‘você’ (em (iii), (iii-a) e (iii-b)). Esse ‘tu’ é representado como estando igualmente distanciado em relação ao ‘nós’, “que somos os pobres”.

Em seu texto, Arnaldo R. Spatz investe muito em elementos de coesão por junção: operadores como “logo”, “já não”, “até que ponto”, “ainda”, “apenas”, “aliás”, “mas”, “na verdade”, “ainda bem” deixam clara a natureza argumentativa do texto, no que se refere à tipologia textual. Assim, o propósito não é descrever a condição de rua nem narrar a trajetória de sua experiência na rua, mas argumentar acerca do que significa estar em situação de rua –a alta densidade relativa de processos relacionais é mais um argumento nessa direção. Não se trata, pois, de descrição da situação atual, nem tampouco de uma exposição narrativa, à qual poderia estar subjacente uma concepção processual, temporariamente sequenciada, de um percurso de vida. Trata-se, antes, de uma argumentação, e os argumentos são expressos predominantemente em proposições de tipo A=B, em processos relacionais.

Criam-se no texto duas oposições: entre passado e presente, e entre pessoas em situação de pobreza extrema e o restante da sociedade. Em relação à primeira oposição, é interessante notar que não se fala explicitamente no tempo passado, anterior à situação de rua, o que se comprova no estudo dos tempos verbais empregados (predominância do presente). Entretanto, três instâncias do primeiro parágrafo estabelecem essa relação de oposição:

- (1) “Sou pobre, logo, já não sei até que ponto ainda existo”
- (2) “Como eu não tenho nada, já não sei mais quem sou”
- (3) “gente que já não se sente humana por ser tratada como lixo”

Nos três casos, a referência ao passado se faz por meio de estruturas de pressuposição do tipo proposicional, ou seja, pressupostos a respeito do que é/ deve ser o caso (Fairclough, 2003). Assim, em (1), a estrutura ‘já não (...) ainda’ constrói o pressuposto de um dia ter tido a certeza de sua existência (material

ou simbólica?) e de um dia ter existido de fato; em (2), a estrutura ‘já não (...) mais’ ativa o pressuposto de um tempo anterior em que sabia quem era, um tempo anterior de identidade (auto)reconhecida; e em (3), os pressupostos são dois: com ‘já não’ ativa-se o pressuposto que essa “gente” já se sentiu humana algum dia, no passado, e com a relação causal estabelecida (‘por ser’), o tratamento recebido (‘como lixo’) é profundamente inserido no texto, não sendo passível de qualquer dúvida, já que assumir essa verdade é pressuposto necessário para a interpretação da oração. O resultado dessas escolhas linguísticas é que o tempo passado não é afirmado mas sim tomado como dado para a afirmação opositiva do presente.

A segunda oposição, referente à classificação de pessoas pobres *versus* pessoas não pobres, realiza-se por meio de três excertos:

- (4) Gente como eu e que bem poderia ser você, que não se importa com aquilo que não sente na pele.
- (5) Assim somos nós, aqueles que têm, quando com muita sorte, o direito de servir de objecto da benevolência hipócrita daqueles que, ainda bem, sabem tirar partido da miséria alheia.
- (6) Eu sou pobre e sou a vergonha da sociedade estampada no rosto de cada um que, como eu, nada tem que seja seu a não ser a si mesmo.

Nos três casos, a referência ao passado se faz por meio de estruturas de pressuposição do tipo proposicional, ou seja, pressupostos a respeito do que *é/* deve ser o caso (Fairclough, 2003). Assim, em (1), a estrutura ‘já não (...) ainda’ constrói o pressuposto de um dia ter tido a certeza de sua existência (material ou simbólica?) e de um dia ter existido de fato; em (2), a estrutura ‘já não (...) mais’ ativa o pressuposto de um tempo anterior em que sabia quem era, um tempo anterior de identidade (auto)reconhecida; e em (3), os pressupostos são dois: com ‘já não’ ativa-se o pressuposto que essa “gente” já se sentiu humana algum dia, no passado, e com a relação causal estabelecida (‘por ser’), o tratamento recebido (‘como lixo’) é profundamente inserido no texto, não sendo passível de qualquer dúvida, já que assumir essa verdade é pressuposto necessário para a interpretação da oração. O resultado dessas escolhas linguísticas é que o tempo passado não é afirmado mas sim tomado como dado para a afirmação opositiva do presente.

A segunda oposição, referente à classificação de pessoas pobres *versus* pessoas não pobres, realiza-se por meio de três excertos:

- (7) Gente como eu e que bem poderia ser você, que não se importa com aquilo que não sente na pele.
- (8) Assim somos nós, aqueles que têm, quando com muita sorte, o direito de servir de objecto da benevolência hipócrita daqueles que, ainda bem, sabem tirar partido da miséria alheia.

- (9) Eu sou pobre e sou a vergonha da sociedade estampada no rosto de cada um que, como eu, nada tem que seja seu a não ser a si mesmo.

Nessas estruturas de oposição, está inserida uma crítica ácida contra a sociedade que não se manifesta, que não enxerga a situação de rua senão para exercer caridade –o que não muda o estado de coisas: em “você, que não se importa” a avaliação está inserida profundamente na oração, com estatuto de pressuposto; em “benevolência hipócrita”, temos a avaliação sem gatilho; e em “ainda bem” e “vergonha da sociedade”, a crítica se constrói na ironia.

Assim, o texto confirma a revolta afirmada em “muito pior que a fome é a revolta”. Mas essa revolta não conduz à ação: pessoas em situação de rua são representadas no texto como passivas, o que ficou mostrado no estudo da transitividade, que aponta franca predominância de processos relacionais.

Vejam no Quadro 2, a seguir, alguns modos de representação de pessoas em situação de rua nesse testemunho:

eu	<i>ilusão de minha própria mente</i>
nós que somos pobres (nos sentimos como)	<i>mazela, peso morto, incapazes (de buscar forças para reagir), sem direito à dignidade</i>
ser pobre	<i>sentir-se incapaz, indolente, sem valor, até para si mesmo</i>
pobres	<i>frustrados, tristes, solitários, famintos, sem pai, sem mãe, sem casa, sem eira nem beira</i>
pobres	<i>objeto de benevolência</i>
pobre	<i>vergonha da sociedade</i>

Quadro 2 – Modos de representação de pessoas em situação de rua no Texto 1

A mesma representação passiva da situação de pobreza aparece no parágrafo que antecede os depoimentos, que introduz, na voz institucional da revista, o editorial. Nesse parágrafo, lê-se que as pessoas que apresentam os depoimentos recolhidos são “reféns da pobreza”. Assim, a pobreza passa a cumprir um papel ativo enquanto aos/às pobres resta um papel passivo.

Em termos de interdiscursividade, embora Arnaldo R. Spatz resista ao discurso religioso da caridade (“tirar proveito da miséria alheia”), um discurso proeminente quando se trata de representar as relações entre ricos/as e pobres, ele acaba recorrendo a outro poderoso discurso em sua representação, este associado ao capitalismo e à representação das pessoas como consumidoras:

- (10) Sou pobre, logo, já não sei até que ponto ainda existo, pois o facto é que, nos dias actuais, nós não somos nada além daquilo que temos. Portanto, como eu não tenho nada, já não sei mais quem sou eu. Talvez eu seja apenas uma ilusão da minha própria mente, cansada e deturpada pelas muitas vezes em que perco o sentido no meio da minha própria dor.

- (11) Sou pobre, logo, já não sei até que ponto ainda existo, pois o facto é que, nos dias actuais, nós não somos nada além daquilo que temos. Portanto, como eu não tenho nada, já não sei mais quem sou eu. Talvez eu seja apenas uma ilusão da minha própria mente, cansada e deturpada pelas muitas vezes em que perco o sentido no meio da minha própria dor.

Nesse excerto (7), o autor assume o discurso que iguala as noções de ‘ser’ e ‘ter’. Sobre esse discurso e sua influência na construção de identidades, Ramalho e Resende (2011: 68-69) comentam:

Canclini (2006) observa, por exemplo, um deslocamento atual da identidade do/a cidadão/ã para a do/a consumidor/a. Para o autor, as transformações causadas pelo capitalismo avançado não representam um simples processo de homogeneização, mas, sim, de reordenamento das diferenças e desigualdades, sem suprimi-las. (...). Tais tendências, segundo o autor, apontam para um processo em que as identidades se organizam cada vez menos em torno de símbolos nacionais e passam a inspirar-se no que propõem os meios de comunicação. É claro que isso aponta a relevância do discurso na constituição de identidades nesse contexto.

(...). As identidades modernas territorializadas vão cedendo lugar a identidades configuradas no consumo, “naquilo que se possui, ou naquilo que se pode chegar a possuir”, e, conseqüentemente, a novas identidades, que incluem desempregados/as de longo prazo; trabalhadores/as informais, precários/as, autônomos/as; migrantes impulsionados/as pela pobreza; miseráveis, sem os direitos humanos mais básicos (Campioni, 2007: 60).

Em sua vinculação a esse discurso que alinha identidade e consumo, Arnaldo R. Spatz faz uso de argumento por raciocínio lógico; emprega elementos de coesão por conjunção, construindo uma linha argumentativa que vai da assunção desse discurso até a negação de sua própria identidade: “logo”, “pois”, “portanto”, “como”. Por fim, a conclusão que apresenta nesse encadeamento lógico de argumentos é a constatação da invisibilidade social dos/as extremamente pobres, traduzida em sua própria invisibilidade quando coloca em dúvida sua existência material: “talvez eu seja apenas uma ilusão”.

A representação da pobreza no nível do indivíduo afasta a possibilidade de ação social, de criação do ator social coletivo, capaz de uma luta política por mudança social. Embora a *Cais* represente seus membros como pessoas que têm “um projecto pessoal de vida focalizado na conquista progressiva de sua própria autonomia”, o testemunho parece orbitar um discurso de imobilidade das estruturas, de impossibilidade de mudança social.

Em pesquisa etnográfica junto a um movimento social de natureza reivindicatória, Resende (2008: 289) identificou essa contradição entre os discursos do protagonismo (de mobilização social) e da imobilidade das estruturas sociais, e propôs que

destacam-se, como movimentos entre aspectos discursivos e não-discursivos de práticas, a seleção de discursos particulares para interpretar eventos, legitimar ações e representar processos sociais; a mobilização desses discursos selecionados em modos de ação; sua inculcação em modos de identificação; sua ressonância em práticas sociais mais amplas. A filiação (...) ao discurso da imobilidade entra em choque com objetivos de mobilização para mudança social, restando a capacidade de articulação para atingir esses objetivos.

A emergência desse discurso no contexto de movimentos sociais e sua retenção na interpretação de eventos interfere nos projetos de mudança social e na capacidade de incorporação dos sujeitos ou de construção de identidades de projeto (Archer, 2000; Castells, 1999). Em outras palavras, interfere na consolidação do ator social coletivo, capaz de engajar-se na luta pela transformação de situações de opressão e injustiça.

Considerações finais

O trabalho tecido nesta análise conjunta mostra que o mundo contemporâneo deve ser objeto de escrutínio assumidamente crítico e que o estudo linguisticamente fundamentado pode desempenhar um papel importante nesse contexto. Olhando especificamente para a questão das pessoas que vivem em situação de rua, não basta dar visibilidade a essa questão enquanto ‘problema’, correndo o risco de naturalizar ainda mais a densidade da teia de fatores causadores e de contribuir para a sua irresolução. Qualquer que seja o objeto escolhido para pesquisar essa problemática, uma análise ingênua pode resultar tão infamante quanto o silêncio.

É preciso desconstruir, com os meios analíticos que se tiver ao alcance, e apontar possibilidades, alternativas, utopias. Porque há uma fronteira difusa entre o que se diz, o que se pensa e o que se faz, entre o que se pode dizer, o que se pode pensar e o que se pode fazer. A análise do testemunho de uma pessoa que vive em situação de rua mostrou a naturalização dessa condição; a reificação da pobreza extrema; a materialização, na representação de sua própria exclusão, de discursos que responsabilizam os/as pobres individualmente por esse estado de coisas. Além disso, nota-se sua identificação como indivíduo passivo e/ou incapaz de agir para a transformação de sua situação desprivilegiada na sociedade.

Em relação à possibilidade de estabelecimento de relações interdiscursivas conflituosas em uma mesma prática, os textos que analisamos apontam a contradição entre o discurso da mobilização da sociedade –que orienta a iniciativa da *Cais*– e o discurso da ‘imobilidade’, da impossibilidade de ação social transformadora das estruturas. E essa contradição pode ser fonte de conflito e frustração, e, mais que isso, pode minar oportunidades para a construção de identidades de projeto e para a configuração de um ator social coletivo capaz de formular modos de resistência.

NOTAS

- 1 No original: “Systemic terms are not Aristotelian categories. Rather they are fuzzy categories.”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACOSTA, M. P. e RESENDE, V. (no prelo). ‘Não deu no rádio, no jornal ou na televisão’ – Análise discursiva crítica de textos do jornal *O Trecheiro*. In: Otonni, M. A.; Lima, M. C. *Análise de Discurso Crítica: teoria e aplicação em diferentes contextos*. Uberlândia: Editora da UFU.
- ARCHER, M. (2000). *Being human. The problem of agency*. Cambridge: University Press.
- BHASKAR, R. (1998). ‘Philosophy and scientific realism’. In: Archer, M.; Bhaskar, R.; Collier, A.; Lawson, T. e Norrie, A. (orgs.). *Critical realism: essential readings*, pp. 16-47 London; New York: Routledge.
- BLOMMAERT, J. (2005). *Discourse. A critical introduction*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BOURDIEU, P. (1998). *Contrafogos*. Trad. L. Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BUARQUE, C. (2001). *Admirável mundo atual. Dicionário pessoal dos horrores e esperanças do mundo globalizado*. São Paulo: Geração Editorial.
- CASTELLS, M. (1999). *O poder da identidade*. Trad. Klaus B. Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra.
- CHOULIARAKI, L. e FAIRCLOUGH, N. (1999). *Discourse in late modernity. Rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- FAIRCLOUGH, N. (2001). *Discurso e mudança social*. Trad. (coord.) Izabel Magalhães. Brasília: Universidade de Brasília.
- FAIRCLOUGH, N. (2003). *Analysing Discourse - Textual analysis for social research*. London: Routledge.
- FAIRCLOUGH, N., JESSOP, B. e SAYER, A. (2002). ‘Critical Realism and semiosis’. *Journal of Critical Realism (incorporating Alethia)*, 5 (1): 2-10.
- GOUVEIA, C. A. M. (2009). ‘Texto e gramática: uma introdução à linguística sistêmico-funcional’, *Matraga* 24 (16): 13-47.
- HALLIDAY, M. (2004). *An Introduction to Functional Grammar*. Revisão Christian Matthiessen. London: Hodder Arnold. [3ª ed.; 1985].
- PARDO ABRIL, N. (2007). *Como hacer análisis crítico del discurso. Una perspectiva latinoamericana*. Santiago do Chile: Frasis.
- RAMALHO, V. e RESENDE, V. (2011). *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa*. Campinas: Pontes.
- RESENDE, V. (2008). *Análise de Discurso Crítica e Etnografia: o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, sua crise e o protagonismo juvenil*. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília. Programa de Pós-Graduação em Linguística.
- RESENDE, V. (2009). *Análise de discurso crítica e realismo crítico. Implicações interdisciplinares*. Campinas: Pontes.

RESENDE, V. e RAMALHO, V. (2006). *Análise de Discurso Crítica*. São Paulo: Contexto.

VIVIANE DE MELO RESENDE. Doutora em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB), é professora adjunta do Depto. de Linguística, Português e Línguas Clássicas da mesma universidade. Tem artigos publicados em periódicos como *Journal of Multicultural Discourses*, *Discourse & Society*, *Discurso & Sociedad*, *Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso*, *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, *Linguagem em (Dis)curso*, *Revista da Abralin*, entre outros. Publicou os livros *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa* (em co-autoria com Viviane Ramalho; Campinas: Pontes), *Análise de Discurso Crítica e Realismo Crítico: implicações interdisciplinares* (Campinas: Pontes, 2009) e *Análise de Discurso Crítica* (em co-autoria com Viviane Ramalho; São Paulo: Contexto, 2006).

Correo electrónico: viviane.melo.resende@gmail.com

MARTA FILIPE ALEXANDRE. Investigadora do grupo *Discurso e Literacia*, Marta Filipe Alexandre desenvolve, no Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC, Lisboa, Portugal) uma pesquisa de doutoramento com o tema “*A ciência hoje: Análise Crítica do Discurso sobre a Prática Científica*”. Entre suas publicações recentes, destaca o capítulo “‘The arrogant scientist’ and ‘the ignorant citizen’: A Critical Discourse Analysis of the Discourse of Scientists”, publicado em co-autoria com Carlos Gouveia em 2009.

Correo electrónico: martafilepealexandre@gmail.com